

Panorama da economia popular solidária no estado de Minas Gerais: 2003-2017*

Victoria Maria Rocha[†]
Sibelle Cornélio Diniz[‡]

Resumo

Este artigo discute a trajetória da economia popular solidária – EPS - em Minas Gerais nos últimos quinze anos. Assim como no âmbito federal, a aproximação entre agentes públicos, empreendimentos solidários e entidades de apoio e fomento possibilitou a institucionalização de uma política estadual de apoio e fomento à EPS. A análise aponta, no entanto, para o risco de descontinuidade da política e para a necessidade de implementação, no curto prazo, de parte das ações previstas no Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais.

Palavras-chave: economia popular solidária, economia solidária, políticas públicas, Minas Gerais

Área Temática: Políticas públicas e planejamento regional e urbano.

* As autoras agradecem ao apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG para a realização deste trabalho, no âmbito do Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém-Contratados.

[†] Graduanda em Ciências Econômicas pela Face-UFMG.

[‡] Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas e do Cedeplar/Face-UFMG.

Panorama da economia popular solidária no estado de Minas Gerais: 2003-2017

Introdução

A economia popular solidária – EPS – constitui um conjunto de práticas econômicas e sociais não pautadas na maximização dos lucros e na exploração do trabalho, mas sim, na reprodução sustentada da vida. Apesar de seu caráter alternativo, essa “outra economia” apresenta potencialidades para além de situações de vulnerabilidade econômica e informalidade (Singer, 2002a).

No Brasil, a emergência da economia popular solidária encontra suas raízes, principalmente, na participação ativa da sociedade civil. Nas décadas recentes, a EPS ganhou visibilidade no país. Esses avanços se deram, fundamentalmente, em torno do que se chamou no país “economia solidária” – ES -, conceito que ganhou aqui contornos específicos a partir da trajetória histórica desse movimento social e das necessidades práticas envolvidas no mapeamento das iniciativas e no desenho das políticas. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes – junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, em junho de 2003, significou a ampliação das ações de apoio, nas três esferas de governo, e o aumento do interesse acadêmico no tema. Implicou, ainda, um crescimento das redes compostas pelos empreendimentos e pelas entidades de assessoria e fomento, incluindo as universidades.

No âmbito do estado de Minas Gerais, foram percebidos importantes avanços, como a Lei Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (Lei 15028, de 2004), regulamentada em 2008 (Decreto Estadual 44898). A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais – PEFEPS – fica a cargo da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Em 2015, foi elaborado o Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, envolvendo os empreendimentos, as entidades de apoio e os gestores públicos. Diversas prefeituras desenvolvem programas específicos voltados à economia solidária, embora o alcance e a perenidade dessas ações ainda não tenham sido documentados.

A despeito da relevância da economia popular solidária na economia brasileira e de sua crescente importância nas políticas públicas, são raros os trabalhos que se destinaram a avaliar sua trajetória no Brasil e, sobretudo, em Minas Gerais. Nesse sentido, o presente artigo busca discutir a trajetória da EPS no estado nos últimos quinze anos (2003-2017), considerando o papel desempenhado pelos diversos atores envolvidos. A metodologia adotada consiste em pesquisa e revisão bibliográfica, análise documental, observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas junto a atores-chave da economia popular solidária no estado.

O artigo se divide em quatro seções. Na primeira seção, são apresentados os diversos conceitos relacionados à economia popular solidária e sua relação com os contextos históricos e nacionais. A segunda seção trata do avanço da economia solidária no Brasil nas décadas recentes e do papel das ações do governo federal nessa evolução. A terceira seção traz um panorama da questão no estado de Minas Gerais, por meio da caracterização dos empreendimentos econômicos solidários e do histórico das ações de apoio e fomento no âmbito estadual. Por fim, é apresentada uma breve conclusão e discussão dos resultados.

1 Conceituação e histórico: economia popular solidária

A gênese da economia solidária remonta ao século XIX e aos movimentos operários surgidos após a Revolução Industrial inglesa. A precariedade à qual era submetida a classe trabalhadora, aliada ao empobrecimento das camadas populares, motivou a criação de sindicatos e de práticas associativas e cooperativas que visavam garantir a reprodução da vida por meio de uma produção distinta da capitalista (Singer, 2002a). No entanto, ao longo dos séculos, assiste-se a um enfraquecimento desses movimentos autogestionários. As práticas associativistas europeias foram incorporadas à economia de mercado, enquanto o fortalecimento dos Estados de Bem Estar Social alterou o foco dos

trabalhadores para as ações do Estado. Por esses motivos, a economia solidária só seria retomada no fim do século XX (Laville, 2009).

Após os 30 anos de hegemonia do modelo de bem-estar social na Europa, a crise dos anos 1980 e a guinada do neoliberalismo se traduzem em desemprego de uma massa de trabalhadores. Além disso, o arrocho fiscal conduzido nos países prejudicou o andamento das políticas de distribuição de renda características dos Estados de Bem-Estar Social. O modelo de acumulação flexível pós-fordista culminou na substituição do capital humano e no aumento da exploração do trabalho. Ao lado da questão do trabalho, outros temas também emergem, como os papéis de gênero e a questão ambiental (Laville, 2009).

A economia solidária no contexto europeu surge, portanto, num momento de falência do modelo vigente e de necessidade de novos modos produtivos. Segundo França Filho (2001):

Assistimos, assim, ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo, relativo, ao mesmo tempo, ao seu modo de funcionamento e à sua finalidade. Pois estas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas, com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou, simplesmente, geração de atividades econômicas, com finalidades sociais. (França Filho, 2001, p. 250).

Somente no século XX essa “outra economia” ganha espaço nos debates teóricos. O termo “economia solidária” tem sua origem na França, na década de 1990, e buscava dar significação a uma série de iniciativas econômicas de caráter solidário, em contraste com práticas capitalistas (França Filho, 2001; Gaiger e Laville, 2009). No entanto, diferentes termos são usados para caracterizar práticas semelhantes.

A economia solidária, no contexto europeu, se aproxima da ideia de “economia social”, definida por Defourny (2009) como atividades econômicas que aliam democracia econômica à utilidade social. Na América Latina, por sua vez, a economia solidária tem ligação com práticas da economia popular. Dadas as especificidades dos países latino-americanos, relacionadas ao histórico colonial e ao capitalismo tardio, a economia solidária não se desenvolve aqui a partir de movimentos operários, como no caso europeu, mas sim de iniciativas de diversos setores da sociedade e, principalmente, nas camadas mais pobres. Além disso, no contexto latino-americano, a emergência da economia solidária não se baseia na insuficiência do Estado de Bem-Estar, uma vez que aqui, esse modelo não teve papel determinante (Lisboa, 2004).

Para França Filho (2004), a economia solidária no contexto brasileiro só pode ser entendida se atrelada à economia popular. Segundo o autor, o termo “economia popular” refere-se a práticas econômicas atreladas ao cotidiano social, ou seja, onde os meios econômicos se desenvolvem no seio dessas relações, e onde a solidariedade é estruturante das atividades econômicas. Na definição de Icaza e Tiriba (2009, p. 150):

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais.

O conceito de economia popular solidária é usado, portanto, para descrever experiências econômicas que têm nos princípios solidários sua fundamentação e que encontram nas relações sociais os meios principais para seu desenvolvimento. Essas experiências são pautadas, em primeira instância, na reprodução da vida, em detrimento do lucro econômico. Nesse sentido, França Filho e Laville (2004) apresentam cinco traços característicos das iniciativas de economia solidária:

- a) *Pluralidade de princípios econômicos*: pressupõe que as experiências solidárias têm diferentes fontes de recursos, como vendas de produtos ou prestação de serviços nos mercados, subsídios governamentais e de instituições não governamentais, e recursos oriundos de práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário;

- b) *Autonomia institucional*: o empreendimento possui autonomia em sua gestão, sendo independente em relação à possibilidade de controle por outras instituições;
- c) *Democratização dos processos decisórios*: os mecanismos de decisão são coletivos e baseados na participação democrática;
- d) *Sociabilidade comunitário-pública*: pressupõe que essas práticas têm características singulares ao associarem práticas profissionais, padrões comunitários de organização e relações sociais;
- e) *Finalidade multidimensional*: o empreendimento econômico serve a outros objetivos além dos econômicos, sejam eles sociais, culturais, ecológicos e/ou políticos.

Dada essa contextualização, o conceito adotado neste artigo é o de “economia popular solidária” – EPS, termo adotado pelo Fórum Mineiro de Economia Popular solidária (FMEPS) e pelo Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS) como sinônimo de “economia solidária”, mas que marca o caráter popular da economia solidária no Brasil.

2 Políticas públicas e economia popular solidária: o caso brasileiro

A economia solidária se situa no conjunto dos movimentos sociais ligados a experiências locais de organização e defesa de interesses comuns que emerge no processo brasileiro de redemocratização, nos anos 1980. Essas iniciativas adotam a auto-organização popular como forma de solucionar suas demandas e assumem princípios democráticos e cooperativos em sua gestão interna, configurando-se predominantemente como cooperativas, associações e grupos informais (Singer, 2002; Gaiger, 2012).

O avanço da economia solidária se dá, sobretudo, a partir dos anos 1990, com a auto-organização dos trabalhadores marginalizados em função da crise social e do desemprego estrutural. Nesse processo, deve-se ressaltar o papel de entidades não governamentais atuantes na difusão do cooperativismo e na capacitação para a autogestão.

Segundo Singer (2002), o surgimento efetivo da ES no Brasil pode ser relacionado a quatro grandes movimentos ou impulsos. O primeiro foi o financiamento, nos anos 1980, pela Cáritas - entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - de milhares de projetos de pequeno porte denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Os PACs visavam à geração de trabalho e renda para moradores das periferias metropolitanas e das áreas rurais. Boa parte das iniciativas desenvolvidas se tornaram empreendimentos econômicos solidários, parte deles nos assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST (Movimento dos Sem Terra). O segundo movimento está ligado à falência de empresas nacionais, em função da crise e da abertura comercial do período, que foram então assumidas pelos trabalhadores. Tem notoriedade aqui a atuação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), que orientou a conversão de diversas firmas falidas em cooperativas autogeridas. O terceiro impulso se relaciona ao trabalho do MST de promoção da agricultura familiar com base em cooperativas. Nesse período, milhares de famílias passam a ocupar os latifúndios improdutivos e outros terrenos e a produzir alimentos em bases solidárias em áreas rurais e urbanas. Já o quarto movimento se relaciona às cooperativas e associações fomentadas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), inseridas nas Universidades. Essas Incubadoras, organizadas em uma rede nacional, desenvolvem processos de formação em torno de práticas de solidariedade e autogestão, visando à emancipação dos trabalhadores.

Em princípio, essas iniciativas populares não ganharam espaço significativo nos debates acadêmicos e nas discussões centrais referentes às políticas públicas, o que é associado por Gaiger (2012) ao seu caráter então efêmero e descontínuo, além de sua presença difusa no tecido social. Na década de 1990, assiste-se ao fortalecimento das redes de economia solidária e cresce a importância atribuída a esta por alguns setores acadêmicos e por governos municipais e estaduais de esquerda, notadamente do Partido dos Trabalhadores.

A economia solidária, expressão adotada por consenso no Brasil, passou a designar, sucessivamente, um conjunto de práticas baseadas em princípios de cooperação e autogestão, um movimento social comprometido com um projeto de transformação social e, por fim, um setor constitutivo da esfera pública e da atuação do Estado. (Gaiger, 2012, p. 57, tradução nossa).

Durante o 1º Fórum Social Mundial, em 2001, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que congregava doze entidades já atuantes no tema, entre elas ONG's de atuação nacional, como a Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), o Pacs (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) e o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), além da Cáritas Brasileira, do MST e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, foi um resultado direto dessa articulação. Logo após a eleição de Lula, foi entregue ao presidente uma Carta que reivindicava a criação da Secretaria e a nomeação de Paul Singer como Secretário Nacional. A Secretaria foi criada em junho de 2003 e concomitantemente foram instituídos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), composto pelos empreendimentos econômicos solidários e pelas entidades de apoio e fomento, e que se desdobra em fóruns estaduais e municipais, e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A definição e condução das políticas ligadas à economia solidária no Brasil têm como característica fundamental a relação estreita com a representação dos empreendimentos. O ato de criação da Secretaria, em si, foi resultado da pressão política e da articulação dos movimentos e entidades envolvidos e ligados ao Partido dos Trabalhadores

A Secretaria nasce como o rebento do movimento. Nós somos frutos da criação do movimento de Economia Solidária, que estava se tornando nesses meses um movimento nacional, hoje presente nos 27 estados do país. Esse relato é fundamental para entender como são feitas as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Elas são feitas em estreita parceria com o FBES, no qual estão todos os elementos: empreendimentos, entidades da sociedade civil que apoiam e fomentam a economia Solidária, a própria rede de gestores públicos principalmente municipais na época, e agora também estaduais. Ali a Senaes encontra um solo fértil onde plantar novas políticas públicas de Economia Solidária. (Singer, 2012, p. 50).

As políticas de apoio e fomento à economia solidária são, portanto, definidas e conduzidas com efetiva participação dos empreendimentos econômicos solidários, representados nos fóruns municipais e estaduais e no fórum brasileiro, e do conjunto de entidades de assessoria e fomento, que agrega as incubadoras universitárias, as organizações não governamentais de diversas origens, parte delas ligadas a igrejas e sindicatos, e os governos municipais e estaduais.

Dentre as principais ações desenvolvidas pela Senaes, em parceria com outros ministérios, governos subnacionais, universidades e entidades da sociedade civil, estão aquelas ligadas à formação, incubação, assessoramento técnico, organização das finanças solidárias, acesso a crédito, avanço nos marcos regulatórios e na formação de mercados institucionais, divulgação da ES, apoio à comercialização por meio de feiras e o mapeamento nacional da economia solidária (Singer, 2012; Schiochet, 2012). As diretrizes das ações foram organizadas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (incluído no Plano Plurianual – PPA – 2008/2011) e no Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (inserido no PPA 2012/2015). Em 2015, foi elaborado na Terceira Conferência Nacional da ES o 1º Plano Nacional da Economia Solidária.

A atuação da Senaes é vista como exitosa em seus documentos de avaliação institucional (Senaes, 2011, 2012) e também pelos acadêmicos (Goulart e Marin, 2011; Gaiger, 2012; França Filho, 2012). Como pontos a corroborar o êxito são apontados o crescimento das iniciativas de apoio, nas três esferas estatais, o aumento do número de empreendimentos e o reconhecimento da política brasileira de ES junto à comunidade internacional. Segundo levantamento realizado por Gaiger (2012), em 2011, 22 ministérios, entre 37, e 5 instituições financeiras públicas desenvolviam

programas relacionados de algum modo à economia solidária. Ademais, 15 Estados e 180 prefeituras tinham algum tipo de ação ligado a essas iniciativas.

A inclusão, em 2011, da ES no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), ação transversal do governo federal voltada à população em extrema pobreza, significou a ampliação dos recursos destinados à Senaes e do número de programas voltados à ES. O Plano, que tem como eixos a transferência de renda, a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos, inclui a economia solidária como um dos instrumentos de inclusão por meio do trabalho.

No governo Dilma, portanto, a economia solidária assume uma posição mais próxima da geração de trabalho e de renda para as famílias pobres. Segundo Gaiger (2012), a estratégia do PBSM se alinha com estudos que enfatizaram o caráter associativista da economia dos pobres e que estabelecem o fortalecimento destes como agentes econômicos produtivos, e não apenas como consumidores, como uma estratégia para produzir efeitos redistributivos duradouros. As diretrizes gerais da política nacional de ES passam a considerar uma maior interface com as políticas sociais, como a de transferência de renda, reconhecendo a economia popular como terreno de partida para a economia solidária.

A inserção da ES no PBSM, no entanto, não se dá sem contradições. Como aponta Schiochet (2012), a relação entre as ações voltadas à economia solidária e aquelas pensadas para os pequenos empreendimentos, as micro e pequenas empresas e à economia popular, de forma mais geral, parece marcada, ao mesmo tempo, por aproximações, contradições e conflitos. Nesses embates, é reforçado o caráter não capitalista da economia solidária, o que deveria impedir a aproximação a políticas de apoio ao empreendedorismo.

Em alinhamento com a lógica do PBSM, a política federal de economia solidária incorpora ainda a discussão do desenvolvimento territorial por meio das noções de endodesenvolvimento e etnodesenvolvimento. A política se volta a territórios específicos, em especial aqueles ocupados pelas comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhas, buscando tratar as possibilidades de desenvolvimento local a partir das práticas econômicas solidárias que preservem a diversidade cultural e o meio ambiente.

Em 4 de novembro de 2016, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, a Senaes foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho, o que culminou na demissão de Paul Singer, importante ator do movimento de economia solidária, e sua substituição por um gestor sem identidade com o movimento da economia solidária, sem consulta aos fóruns, ferindo o princípio da autogestão (Arcanjo e Oliveira, 2017).

A trajetória da economia solidária evidencia uma característica marcante do movimento no Brasil: a participação ativa dos movimentos de economia solidária e da sociedade civil, sob a figura dos fóruns, nos debates e formulação das ações estatais. Sobre isso, França Filho (2006) salienta que o campo da economia solidária no Brasil é bastante complexo e de caráter inovador ao redefinir as relações entre Estado e sociedade civil.

3 Economia popular solidária em Minas Gerais

3.1 Caracterização dos empreendimentos

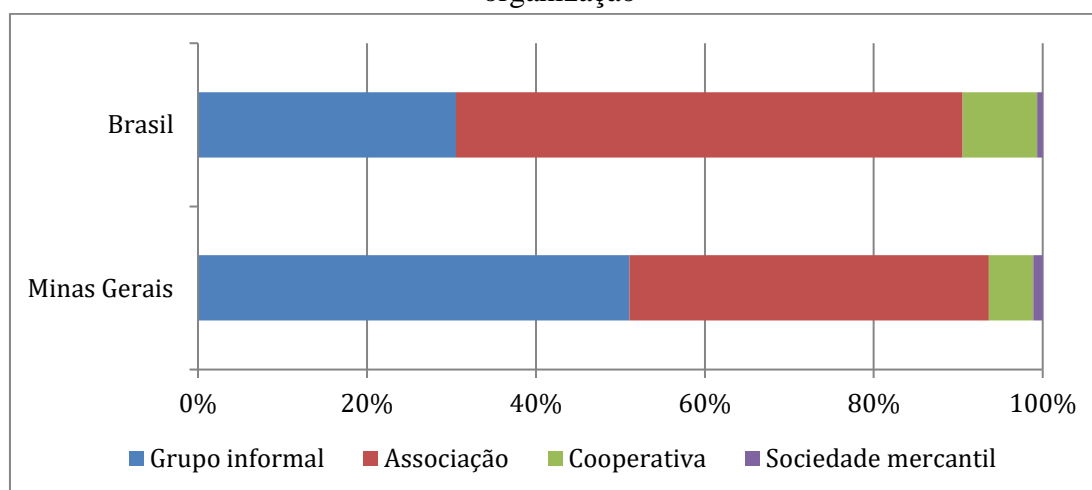
Esta seção busca caracterizar a economia popular solidária em Minas Gerais a partir de informações do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)¹, realizado pela Senaes entre 2010 e 2013 e que constitui o SIES (Sistema Nacional de

¹ “Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): são aquelas organizações: - coletivas- serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; - cujos participantes ou sócios/as são trabalhadores/as dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; - permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; - que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de

Informações em Economia Solidária) É importante destacar, contudo, que o SIES apresenta lacunas e deve ser analisado tendo em consideração o desafio de se mapear a economia solidária². A base de dados do SIES é composta por 171 questões que abrangem aspectos diversos dos empreendimentos: identificação e abrangência; características dos sócios; características gerais do empreendimento; dimensão da atividade realizada; situação de trabalho dos sócios e não-sócios; investimento, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; dimensão sociopolítica e ambiental e questões subjetivas acerca do empreendimento (Senaes, 2011).

Em Minas Gerais, o segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2012 e abarcou 1188 empreendimentos no estado. Desses, 607 (51,1%) se organizavam em grupos informais (Figura 1). No cenário nacional, dos 19708 empreendimentos mapeados, 6018 eram grupos informais (30,5%), percentual inferior ao encontrado no estado.

Figura 1 – Empreendimentos econômicos solidários em Minas Gerais e no Brasil, segundo forma de organização



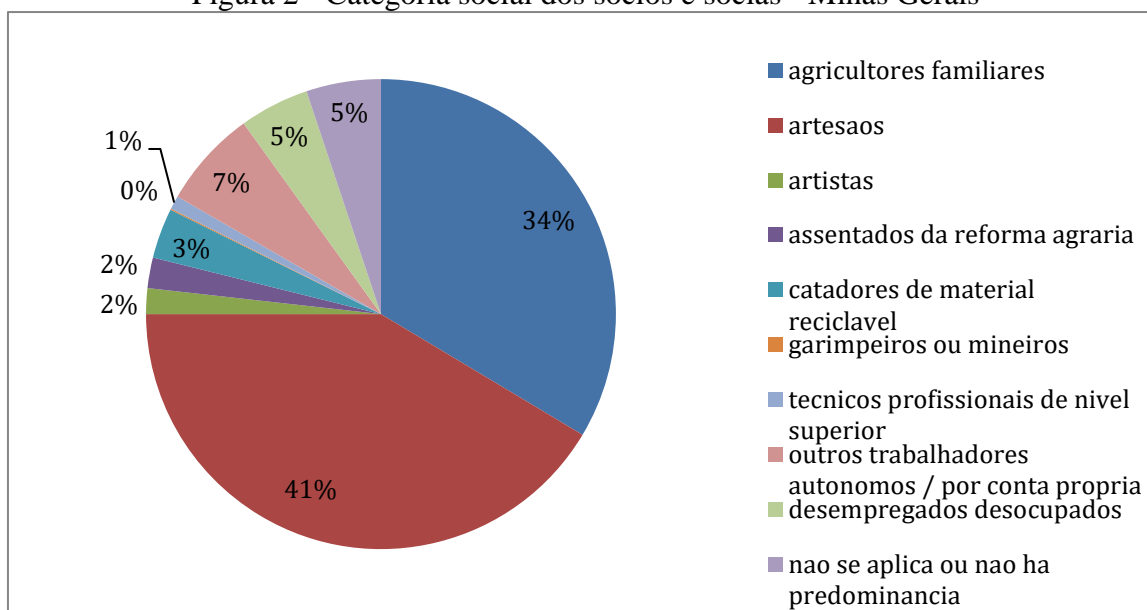
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

A maior parte dos empreendimentos do estado se localizava em área urbana (50,4% do total), enquanto 375 atuavam apenas no meio rural e 214 exerciam atividades em áreas rurais e urbanas. O percentual de EES em áreas urbanas em Minas Gerais era bastante superior ao encontrado para o país, 34,8%, o que se relaciona às atividades principais desenvolvidas pelos empreendimentos. Como é possível verificar nas Figuras 2 e 3, o percentual de sócios de empreendimentos ligados à agricultura familiar e assentados da reforma agrária no estado era inferior ao encontrado para o Brasil. Por outro lado, os grupos de artesãos e artistas representavam maior parcela do total de Minas Gerais em relação ao país.

fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário” (Senaes, 2012, p. 121).

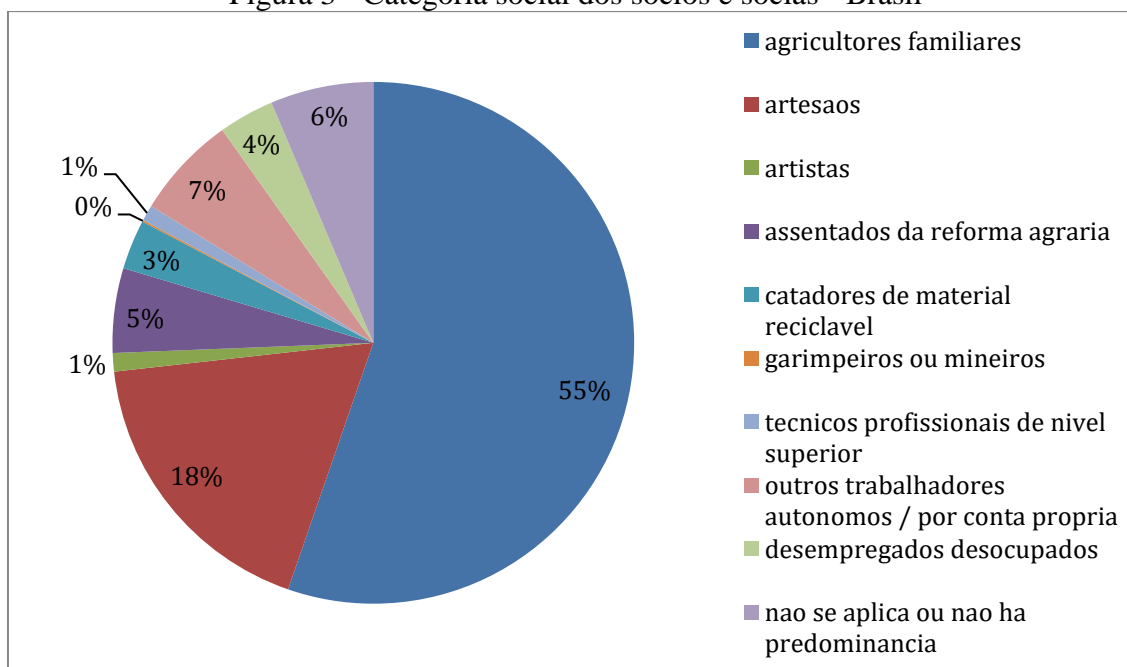
² O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) é o resultado de mapeamento de abrangência nacional baseado em metodologia participativa, com o envolvimento das entidades de apoio e fomento, da representação dos empreendimentos e dos governos subnacionais. No entanto, o processo passou por dificuldades diversas, como morosidade nos processos de contratação e problemas administrativos junto às entidades parceiras que realizaram o trabalho nos municípios (Silva e Carneiro, 2014). Além disso, o SIES não apresenta validade amostral do ponto de vista estatístico, uma vez que os EES foram identificados por meio de indicações das entidades de pesquisa e dos próprios empreendimentos (Ogando, 2012). O primeiro mapeamento, ocorrido entre 2005 e 2007, levantou 21.859 empreendimentos no país. Já o segundo mapeamento foi conduzido entre 2009 e 2013 e coletou informações de 19.708 empreendimentos no Brasil.

Figura 2 - Categoria social dos sócios e sócias - Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

Figura 3 - Categoria social dos sócios e sócias - Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

Em relação à distribuição dos empreendimentos no estado, merece destaque a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, que reunia 277 empreendimentos (Tabela 1). Destaque também para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e para a região de Campo das Vertentes, com 183 e 136 empreendimentos, respectivamente. Entre as principais atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos na mesorregião Metropolitana, está a produção ou produção e comercialização, que também são as principais atividades no estado como um todo. As trocas e atividades de finanças solidárias tinham relativamente pouca representação no estado, estando presente em 13 e 11 empreendimentos, respectivamente.

A Tabela 2 apresenta características dos EES localizados em Minas Gerais e no Brasil, em relação à sua integração e articulação. Para os empreendimentos mineiros, nota-se uma maior

articulação a movimentos sociais e melhor infraestrutura de comunicação. Essas características apontam para um maior potencial de construção de redes de empreendimentos solidários e de acesso a políticas públicas. Por outro lado, as dificuldades de acesso a crédito parecem maiores no estado em relação ao país como um todo.

Tabela 1 – Atividade econômica principal dos empreendimentos econômicos solidários, segundo mesorregiões – Minas Gerais

Mesorregião	Troca de produtos ou serviços	Produção ou produção e comercialização	Comercialização ou organização da comercialização	Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Total de EES
Campo das Vertentes	0	122	12	2	0	0	136
Central Mineira	0	2	0	0	0	0	2
Jequitinhonha	2	25	9	0	0	11	47
Metropolitana de Belo Horizonte	1	251	15	9	1	0	277
Noroeste de Minas	0	44	7	2	0	0	53
Norte de Minas	3	55	12	9	6	13	98
Oeste de Minas	0	32	0	0	0	0	32
Sul/sudoeste de Minas	1	35	12	11	0	0	59
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	6	85	39	18	0	35	183
Vale do Mucuri	0	40	12	4	0	39	95
Vale do Rio Doce	0	52	21	1	0	25	99
Zona da Mata	0	53	27	20	4	3	107

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

Tabela 2 – Potencial de articulação dos EES em Minas Gerais e no Brasil

	Minas Gerais	Brasil
% EES's que têm alguma relação ou que participa de movimentos sociais, populares ou sindicais	73,5	57,6
% EES's que participam em ou que desenvolvem alguma ação social ou comunitária	51,3	46,1
% EES's com acesso a computador	58,0	45,9
% EES's com acesso à Internet	56,3	42,0
% EES's que realizaram investimento no último ano	26,8	32,3
% EES's que buscaram e obtiveram crédito ou financiamento no último ano	5,6	11,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

A Tabela 3 apresenta as principais conquistas e os principais desafios declarados pelos empreendimentos. Note-se que os ganhos monetários aparecem junto a conquistas ligadas aos processos de autogestão e de integração do grupo. Para um número menor de empreendimentos, aparecem como conquistas a conscientização social e o compromisso político dos sócios. Por outro lado, os principais desafios declarados estão relacionados à viabilidade econômica do empreendimento e à geração de renda em níveis adequados. Esta questão aponta para as dificuldades

diversas enfrentadas na estruturação dos empreendimentos solidários no Brasil. Além disso, foram mencionados os desafios de manutenção dos processos autogestionários no tempo.

Tabela 3 – Principais conquistas e desafios dos EES em Minas Gerais e no Brasil

	Minas Gerais	Brasil
Principais conquistas do EES (% de EES)*		
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os/as sócios/as	67,5	59,0
A autogestão e o exercício da democracia	53,9	49,0
A integração do grupo/coletivo	73,9	66,1
O comprometimento social dos/as sócios/as	34,1	37,4
Conquistas para a comunidade local: moradia, escola, infraestrutura, etc.	23,3	37,6
A conscientização e compromisso político com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais	12,9	17,8
Outra	8,2	12,3
Principais desafios do EES (% de EES)*		
Viabilizar economicamente o empreendimento	72,8	66,5
Gerar renda adequada aos/as sócios/as	77,4	73,6
Garantir proteção social previdência assistência e saúde para os/as sócios/as	36,5	39,3
Efetivar a participação e a autogestão	48,9	43,7
Alcançar a conscientização e a politização dos/as sócios/as	30,7	34,1
Alcançar maior conscientização ambiental dos/as sócios/as	33,0	37,0
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidaria	61,1	42,9
Manter a união do grupo/coletivo	58,5	56,1
Outro	14,6	15,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

* Observação: Múltiplas respostas por empreendimento.

As informações do SIES apontam ainda para a existência de redes entre empreendimentos solidários (Tabela 4). Em Minas Gerais, 27,6% dos empreendimentos declararam vender ou trocar seus produtos para/com outros EES, enquanto 18,3% adquiriam matérias primas ou insumos de outros EES. Este percentual é bastante superior ao encontrado para o Brasil, equivalente a 7,1% e 5,2% dos EES, respectivamente.

Tabela 4 – Formas de comercialização e origem das matérias primas ou insumos dos EES em Minas Gerais e no Brasil

	Minas Gerais	Brasil
Formas de comercialização dos produtos do empreendimento (% de EES)*		
Venda direta ao consumidor final	62,0	46,6
Venda a revendedores/ atacadistas	22,3	21,1
Venda a órgão governamental	6,9	8,1
Venda para empresas privadas de produção	4,7	4,9
Venda a outros EES	19,4	5,0
Troca com outros EES	8,2	2,1
Outros	1,8	2,4
Origem da matéria prima ou insumo do empreendimento (% de EES)*		
Empreendimentos de economia solidária	18,3	5,2
Empresa privada	54,1	39,0
Próprios associados/as	19,1	23,9
Produtores/as não sócios/as	8,1	9,0
Instituições filantrópicas ou instituições não mercantis	9,5	2,3
Órgãos públicos	2,1	5,0
Empreendimentos de economia solidária	18,3	5,2
Empresa privada	54,1	39,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 2010-2013.

* Observação: Múltiplas respostas por empreendimento.

Em suma, a análise dos dados do SIES aponta para uma forte presença da economia solidária no estado, com destaque para algumas mesorregiões. Além disso, percebe-se um predomínio de atividades realizadas no meio urbano e ligadas à produção e comercialização nas áreas da agricultura familiar e artesanato. Outra característica desses empreendimentos no estado é o elevado número de grupos informais. As dificuldades de estruturação dos empreendimentos e da construção de redes de empreendimentos solidários também surgem a partir dos dados, apontando para a relevância das ações de apoio e fomento a essas redes. Por outro lado, relações de compra e troca entre EES são mais notadas em Minas Gerais que no Brasil como um todo.

3.2 Políticas públicas para a economia popular solidária em Minas Gerais

Esta seção teve como base a pesquisa e investigação bibliográfica, análise documental, observação participante em seminários e reuniões conduzidas pelo governo estadual e pelo FMEPS e realização de entrevistas semiestruturadas junto a atores-chave da economia popular solidária no estado. Os documentos consultados dizem respeito à legislação estadual pertinente, ao Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais e a decretos e portarias ligadas à política estadual no tema. A definição da amostra de entrevistados foi realizada pelas pesquisadoras a partir da participação em eventos promovidos pelo governo estadual, bem como nas reuniões do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária³.

Segundo Boni e Quaresma (2005), a adoção da entrevista semiestruturada é muito comum quando se deseja um direcionamento maior para determinados temas a fim que se cumpra os objetivos. A entrevista semiestruturada é marcada pela elaboração de um roteiro a ser seguido, sem que se prenda, no entanto, à formalidade. Dessa forma, permite ao entrevistador adentrar em assuntos mais complexos e/ou específicos e ao entrevistado, que se exponha de forma mais espontânea.

³ No momento da elaboração deste artigo, a pesquisa encontrava-se na fase de ampliação do número de entrevistas semiestruturadas. Sendo assim, os resultados aqui apresentados são preliminares.

A realização de entrevistas semiestruturadas, neste caso, permitiu uma análise da evolução das políticas públicas de fomento à economia solidária no estado, sem deixar de lado a percepção dos atores diretamente afetados e envolvidos com as mesmas. No Quadro 1, são apresentados os entrevistados, preservando o anonimato:

Quadro 1 – Atores-chave entrevistados

Entrevistado	Instituição/órgão
E1	Gestor(a) ligado(a) ao governo estadual
E2	Gestor(a) ligado(a) ao governo federal
E3	Liderança do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e membro de empreendimento econômico solidário
E4	Docente universitário(a), pesquisador(a) no tema

Assim como no restante do país, a economia popular solidária em Minas Gerais tem sua origem na crise dos anos 1980 e 1990 e no desemprego a ela atrelado. As ações de incentivo à EPS no estado tiveram início nos anos 1990 partidas, principalmente, de entidades ligadas à Igreja Católica, dos movimentos sindicais, com destaque para o Grupo de Trabalho em Alternativas de Geração de Renda da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Uma das primeiras ações no estado foi o Banco do Povo em 1999 que, segundo Oliveira (2015), fornecia microcrédito para os empreendimentos recém-criados e atuava na constituição de fundos para a economia popular solidária.

Em 2001 é criado o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS), a partir da mobilização de EES, entidades de apoio e fomento e gestores públicos. A partir da constituição do Fórum, é realizada a I Feira Estadual de EPS e o I Ciclo de Debates da EPS, onde surge a proposta de criação de uma lei voltada à economia popular solidária no estado. Em 2003, é proposto o Projeto de Lei 830/2003, que previa a criação de um selo de identificação da EPS. O FMEPS solicita alterações na lei por meio da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa e requer considerações sobre três pontos “(i) que o PL levasse em conta as discussões já realizadas no FMEPS; (ii) que temas além da certificação fossem também assistidos pela lei; e (iii) que a participação envolvesse os participantes do Fórum Mineiro.” (Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais- 2014).

Após audiência pública e revisão do projeto, no dia 19 de janeiro de 2004 é aprovada a Lei 15028/04, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária, e que, segundo o Art 1º:

Art 1º: [...] tem por diretriz a promoção da economia popular solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei. (Minas Gerais, 2004)

Os objetivos da Lei são a geração de trabalho e renda, o fomento à economia popular solidária via promoção de conhecimento e formação técnica para os agentes envolvidos, além da articulação entre ações dos governos federal, estadual e municipais. A Lei também determina a constituição e atualização do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários de Minas Gerais, além de prever apoio financeiro e à comercialização e suporte técnico e jurídico aos empreendimentos. Uma das principais conquistas da Lei foi a posse, em 2007, do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS), principal instância de participação e fiscalização junto ao órgão gestor da política estadual de economia popular solidária, a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese).

Apesar da aprovação em 2004, o decreto de regulamentação da Lei data de setembro de 2008. Neste mesmo ano, com a implantação da Lei e orçamento estadual específico para o fomento da EPS, vários projetos são financiados. Nesse período, o FMEPS e o CEEPS participam de projetos nacionais de formação em economia popular solidária. Nos anos seguintes, acontecem plenárias e conferências nacionais e estaduais e o fortalecimento da EPS em todo o território nacional.

Em 2014, é realizada a III Conferência Estadual de Economia Popular Solidária, que serviu como base para a criação do Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais, documento este que visa direcionar as políticas de EPS no estado no período 2015-2019. O Plano Estadual tem como objetivo geral:

Estabelecer, participativa e democraticamente, um conjunto de diretrizes para a consolidação e o desenvolvimento da política de economia popular solidária no Estado de Minas Gerais, constituindo-se em uma agenda de execução de propostas articuladas e um instrumento de controle social (Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais, 2014)

O Plano está estruturado em quatro eixos principais: 1) Conhecimento, educação, formação e assessoramento; 2) Produção, comercialização e consumo sustentáveis; 3) Financiamento, crédito e finanças solidárias; 4) Ambiente institucional, legislação e integração de políticas públicas. O primeiro eixo propõe atividades de educação e formação técnica para os empreendimentos através de assessoria, realização de cursos e seminários e incubação de EES; formação dos gestores públicos envolvidos com a economia popular solidária; formação permanente para educadores, além de inserção da temática da EPS no ensino formal.

O segundo eixo do Plano prevê a garantia de recursos públicos para o Conselho Estadual (CEEPS), a implantação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CadSol no estado, a garantia de recursos do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG⁴ e da Lei Orçamentária Anual – LOA para a EPS; a implementação de feiras fixas e pontos fixos de comercialização; a promoção da comercialização em eventos e a garantia do mínimo de 30% das compras públicas da EPS.

O terceiro eixo propõe o fomento das finanças solidárias (bancos comunitários, clubes de trocas); constituir e fortalecer o Comitê de Finanças Solidárias junto ao CEEPS; aprovação e implantação do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais (Funsol/MG), previsto na lei nº. 15.028/2004. O quarto eixo do Plano propõe a reestruturação do CEEPS; o fortalecimento dos espaços de participação e desenvolvimento da EPS; e a implementação de uma rede de gestores vinculada com a rede nacional.

A criação do Plano Estadual é de extrema relevância, uma vez que sua instituição por vias legais orienta a promoção e fomento à EPS no estado, principalmente com a criação de um fundo específico, além de significar uma diretriz e orientação para as políticas, firmando o compromisso dos órgãos públicos com a sociedade civil e os empreendimentos. Todos os entrevistados citam o Plano como principal documento para a compreensão do contexto atual da EPS no estado, bem como seu papel fundamental para a constituição de ações futuras de apoio e fomento. O Plano ainda orientou a reestruturação da Sedese, que conta hoje com quatro diretorias ligadas aos eixos do Plano Estadual, dentro da Superintendência de Políticas de Empreendedorismo e Economia Popular Solidária⁵.

Portanto, a economia popular solidária em Minas Gerais pode ser compreendida como fruto da ação conjunta entre agentes públicos e sociedade civil, que possibilitou a institucionalização das práticas de fomento à EPS, com destaque para a lei 15.028/2004 e para o Plano Estadual de

⁴https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/PLANO%20PLURIANUAL%20DE%20A%20C3%87%C3%83O%20GOVERNAMENTAL%20-%202016_2019.pdf

⁵ A Superintendência de Políticas de Empreendedorismo e Economia Popular Solidária foi criada em outubro de 2016. É diretamente ligada à Subsecretaria de Trabalho e Emprego, e conta com quatro diretorias: Diretoria de Desenvolvimento e Estruturação da Produção, Diretoria de Educação e Apoio à Autogestão dos Empreendimentos, Diretoria de Comercialização, Diretoria de Apoio à Participação Social.

Desenvolvimento da EPS no estado. Deve ser ressaltado o papel decisivo do FMEPS, do CEEPS e da Sedese nessa trajetória.

Essa relação próxima entre empreendedores solidários, agentes públicos e entidades de apoio e fomento ficou bastante explícita durante a realização das entrevistas, que permitiram a construção de um panorama da economia solidária no estado do ponto de vista dos atores diretamente relacionados com a EPS. Um dos principais pontos observados na fala dos entrevistados foi o que tange aos papéis desempenhados pelas esferas estadual e federal do governo. Em todas as entrevistas, foi citado o papel fundamental desempenhado pelo governo federal no incentivo e no fomento à economia solidária. A criação da Senaes, bem como a construção do SIES, foram passos institucionais cruciais para a atuação também no nível estadual.

“Na esfera federal já começou desde 2006 a gente fazendo uma pesquisa nacional do mapeamento da economia solidária com recurso do Governo Federal do Ministério do Trabalho da SENAES esse mapeamento para nós foi um ganho porque não sabíamos o quanto de economia solidária existia no Brasil [...] quanto os empreendimentos faturavam, o que representa os empreendimentos solidários no Brasil todo [...] então, a partir do mapeamento tivemos um diagnóstico nacional dos empreendimentos, como e onde estavam, e quanto geram na economia. [...]. Disso surgiu o SIES que traz toda informação da economia solidária [...] e a partir da existência desse mapeamento, começou a se pensar editais para apoiar projetos produtivos nas pequenas comunidades, em lugares que nada ia chegar, chegou recursos para fomentar os empreendimentos que ali existiam e isso fortaleceu a produção e a comercialização. Também em 2008 teve o Programa Nacional de Feiras da Economia Solidária com recurso da SENAES também e isso ajudou muito a gente se organizar e comercializar os produtos” (E3 – liderança e integrante de EES)

O apoio à comercialização, considerada um dos principais gargalos da EPS, é uma das diretrizes estabelecidas no Plano Estadual e uma das ações mais bem-sucedidas conduzidas pela Sedese desde a implementação da PEFEPS. A realização de feiras de economia solidária e a implementação de pontos fixos de comercialização é o ponto chave da política desempenhada pelo governo do estado de Minas Gerais.

“Nos últimos anos tem sido feito um investimento muito grande na comercialização por meio da realização de feiras estaduais e regionais pra apoiar esses empreendimentos e os pontos fixos que é um eixo também da política nacional que Minas absorveu que é criar espaços de comercialização e a gente vem buscando ampliar nesse sentido. Tanto do ponto de vista de parcerias quanto do ponto de vista de construir espaços onde os empreendimentos possam participar.” (E1 – gestor(a)).

As ações desenvolvidas no âmbito estadual apresentam como diretrizes a consideração das particularidades regionais e também a priorização de públicos específicos. De fato, a construção da política aparece em estreita relação com os 12 fóruns regionais existentes no estado e com a realidade das populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, da população rural, da juventude e das mulheres.

Cabe ressaltar, no entanto, os diversos desafios enfrentados pela EPS no estado de Minas Gerais. Um ponto citado por todos os entrevistados é a dificuldade de se implementar ações cruciais estabelecidas no Plano Estadual, como por exemplo, a criação do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais - Funsol/MG. A destinação de um fundo específico para a economia solidária é de extrema importância para a manutenção dos projetos iniciados e redução da dependência da conjuntura política e econômica.

“Quando a gente fala de economia solidária, a gente está falando de empreendimentos econômicos, que têm uma vida econômica em diferentes mercados [...]. Eu não vejo que a economia solidária tenha um forte incentivo financeiro estatal até porque as próprias empresas têm isso, [...] então acho que essa é uma questão. As políticas públicas têm que provocar mudança, serem estratégicas nesse sentido. A gente está falando de infraestrutura [...] um outro processo é o fator tecnológico [...] que os empreendimentos demandam isso, mas a gente não tem uma estrutura adequada pra isso. [...] Para a economia solidária se constituir em um modo mais sustentável, precisa de investimento e recursos.” (E4 – docente universitário(a) e pesquisador(a) no tema)

Além da criação do Funsol/MG, outras ações de alta prioridade citadas pelos entrevistados são:

- o fortalecimento do CEEPS e de sua integração aos fóruns mineiro, regionais, metropolitano e municipais;
- o fortalecimento da rede de gestores e da rede de educadores em EPS;
- a ampliação das ações de formação e apoio nos municípios e do número de leis e fóruns municipais de EPS⁶;
- o estabelecimento da lei federal de apoio e fomento, bem como a instituição de marco legal específico para a EPS.

Considerações finais

Este artigo discutiu a trajetória da EPS no estado de Minas Gerais nos últimos quinze anos (2003-2017), considerando o papel desempenhado pelos diversos atores envolvidos. Como se demonstrou, essa trajetória é determinada, em grande medida, pela elaboração e condução de políticas públicas de apoio e fomento a essas práticas econômicas. A análise dos dados do SIES ilustrou as dificuldades de estruturação dos empreendimentos e de constituição de redes de empreendimentos solidários, apontando para a relevância das políticas com esse fim.

A criação da Senaes, em 2003, a instituição da Lei Estadual de Fomento à EPS em 2004 e a elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento da EPS em 2014, são marcos para a EPS no estado. Entretanto, a falta de um fundo específico para a economia solidária ainda permanece como um importante gargalo a ser superado, uma vez que possibilitaria a elaboração de políticas mais sólidas e menos suscetíveis a mudanças políticas e econômicas.

Outra questão de destaque é o papel desempenhado pelos movimentos sociais e agentes da economia solidária representados principalmente nos Fóruns e no Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Esses espaços constituíram meios fundamentais de discussão e de tomada de decisões referentes à EPS no Estado e tiveram papel fundamental na elaboração do Plano Estadual.

O cenário atual da economia popular solidária no Brasil e em Minas Gerais é de desafios e possibilidades. Se por um lado, tem-se um movimento engajado e sólido, e uma maior abertura e envolvimento com a EPS no governo estadual, por outro, o cenário político e econômico se mostra cada vez mais incerto. Os avanços dos últimos anos, apesar de contribuírem para o desenvolvimento da economia solidária em Minas Gerais, não foram suficientes para conferir ao movimento a autonomia necessária em relação ao apoio e ao investimento governamental.

Nesse sentido, este artigo aponta para a necessidade de implementação, no curto prazo, de parte das diretrizes colocadas no Plano Estadual de Desenvolvimento da EPS em Minas Gerais, sob o risco de descontinuidade do apoio e do fomento no nível estadual, tendo em vista a conjuntura de grande incerteza.

Referências

ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M.. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. *Perseu*, São Paulo, ano 13, n. 11, p. 231-249, 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CATTANI, A. D. *et al.* *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

⁶ Segundo o(a) entrevistado(a) E2, existem atualmente 11 leis municipais de apoio e fomento à EPS em Minas Gerais, e não há informação exata sobre o número de fóruns municipais em funcionamento.

- COSTA, B. A. L. A incorporação da economia solidária na agenda da política pública de trabalho e emprego em Minas Gerais, Brasil. *Otra Economía*, [s.l.], v. 6, n. 10, p.68-78, 23 out. 2012.
- COSTA, B. A. L.; JESUS, P. de. A economia solidária no Brasil: Uma trajetória de conformação enquanto movimento social? *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.206-436, jul-dez. 2017.
- DEFOURNY, J. Economia Social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Almedina/CES: Coimbra, 2009.
- FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (FMEPS). *Plano Estadual para o Desenvolvimento da Economia Popular Solidária*. Belo Horizonte, 2015.
- FRANÇA FILHO, G. C. A política pública da Economia Solidária no Brasil. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. *et al* (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Salvador: EDUFBA; Editora da UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-859-3.
- FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos Ebape.br*, v. 2, n. 1, p.1-18, mar. 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*, v.16, n.1-2, p.245-275, dez. 2001.
- GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.84, p.81-99, mar. 2009.
- GAIGER, L. I. G. Avances y límites en la producción de conocimientos sobre la economía solidaria en Brasil. In: CORAGGIO, J. L. (Ed.). *Conocimiento y políticas públicas de economía social y solidaria: problemas y propuestas*. Quito: Editorial IAEN, 2012.
- GAIGER, L. I. G.; LAVILLE, Jean-Louis. (2009). Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David *et al*. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- GOULART, J. O.; MARIN, T. R. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). *Otra Economía*, v.5, n.8, p.48-58, jan./jun. 2011.
- ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- LAVILLE, J. L. Con Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural. In: NUNES, Brasilmar Ferreira; MARTINS, Paulo Henrique (Eds.), *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p.7-47, mar. 2009.
- LISBOA, A. M. Socioeconomia solidaria: marco conceitual latinoamericano. *Textos para discussão UFSC CNM*, 2004.
- Minas Gerais. Decreto nº 15028, de 19 de janeiro de 2004. *INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - PEFEPS*. Belo Horizonte, MG, jan 2004.

- OGANDO, C. As fronteiras da Economia Solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional. *Cadernos de Extensão VII*, Unisinos, 2012.
- OLIVEIRA, J. M.. *Os limites da institucionalidade das políticas de economia solidária no governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em Minas Gerais - 2008 a 2013*. 2015. 320 f. TCC - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- SCHIOCHET, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal 2003/2010*. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). *Boletim Acontece Senaes*, n. 23, agosto 2011.
- SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, n. 57, p. 69-82, ago. 2014.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. I. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.